



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000666-45.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 22/2016-CGJ

Período da correição: 20-6-2016 a 22-8-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Correicional: Irys Cristianny Bittencourt Bagio

Analista Jurídica: Cristiane B. de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189-2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capital - Continente

Unidade: Vara da Família, Órfãos e Sucessões

Municípios integrantes: Florianópolis

Juiz titular: Andrea Cristina Rodrigues Studer

Chefe de cartório: Tiago Esmeraldino Nunes

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 2-10 a 19-11-2013 - Autos n. 0012629-55.2013.8.24.0600

Competência: Lei Complementar n. 181/1999: Art. 1º - Ficam criados: I - na Comarca da Capital: (...) c) o Foro do Continente; (...) § 1º - O Foro do Continente da Comarca da Capital é composto por 01 (uma) Vara Criminal, 01 (uma) Vara Cível, 01 (uma) Vara do Juizado Especial Cível e 01 (uma) Vara da Família. § 2º - Os feitos cíveis, criminais, de família, órfãos e sucessões, originários da área continental do Município de Florianópolis, serão distribuídos, processados e julgados naquelas unidades jurisdicionais, continuando a ser distribuídos, processados e julgados no Fórum Central da Capital os feitos relativos à: a) Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho; b) Falências e Concordatas; c) Infância, e Juventude; d) Rogatórias Precatórias e Precatórios; e) Registros Públicos; e f) Execuções Penais. (...) § 8º - As Varas de Família passam também a ter competência privativa orfanológica (...).

Entrância: especial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	
1.1.2 Processos em andamento	2.165
1.1.3 Procedimentos em andamento	

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência setembro de 2016 (fl. 40).

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	
1.2.2 Processos em andamento	2.042
1.2.3 Procedimentos em andamento	

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
Mês de referência setembro de 2016 (fl. 40).

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos concluídos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	304	25	329

Observações

a) Informações obtidas em 11-10-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	895	74,58
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	1.092	91,00
1.4.3 Janeiro a agosto de 2016	945	118,13

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

Indicador	Valor
1.5.1 Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	242
Família - Processo	
1.5.1.1 Ag. Análise do Cartório	3
1.5.1.2 Ag. Audiência	7
1.5.1.3 Ag. Digitalização	6
1.5.1.4 Ag. Encerramento do Ato	1
1.5.1.5 Ag. Impressão - Vara	1



1.5.1.6	Ag. Prazo	94
1.5.1.7	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	1
1.5.1.8	Com Classe Alterada	42
1.5.1.9	Cumprir - Urgente	5
1.5.1.10	Cumprir Audiência	2
1.5.1.11	Escrivão	4
1.5.1.12	Recebido Distribuição	1
1.5.1.13	Recebido do Setor de Psicologia Processo Físico - Processo	8
1.5.1.14	Ag. Impressão - Vara	67

Observações

- a) Informações obtidas em 11-10-2016.
- b) Na data de 11-10-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:
- b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 12-2-2016.
- b.2) Ag. Análise - Recursos: não há processos na fila.
- b.3) Cumprir urgente: existem 33 processos na fila. O mais antigo data de 25-5-2016.
- b.4) Recebido do Juiz.
- Recebido do Juiz - Despacho: existem 168 processos na fila. O mais antigo data de 18-8-2016.
- Recebido do Juiz - Decisão: existem 18 processos na fila. O mais antigo data de 25-8-2016.
- Recebido do Juiz - Sentença: existem 128 processos na fila. O mais antigo data de 30-8-2016.
- b.5) Escrivão: existem 65 processos na fila. O mais antigo data de 17-10-2014.
- b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 23 processos com audiências já realizadas.
- b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento, mas a certidão do art. 327 CNCGJ (Provimento n. 1/2016 - CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ) está presente apenas nos três últimos, sendo que todas as amostragens foram realizadas em processos arquivados após a citada Resolução.
- b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.
- Fila Petição intermediária
- b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 89 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 30-9-2016.
- b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 25 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 3-10-2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA



	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	3	0
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	0,13%	0,00%
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 31/07/2014)		
1.6.2.1	2014	1	0
1.6.2.2	Total	1	0

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
- Primeira verificação: mês de referência maio de 2016 (fl. 10).
- Segunda verificação: mês de referência setembro de 2016.

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	119	46
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	17	2
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	30	0
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	108	68
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	Não se aplica	Não se aplica
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	Não se aplica	Não se aplica

Observações

- Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5 e 1.6.6): o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 13-6-2016 (fls. 11-15).
 - Item 1.6.3: embora o relatório não se aplique à unidade em razão de competência, o programa inspeção virtual constatou 118 processos ativos com a classe "Guarda" e 1 processo ativo com a classe "Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador", em tese relativas à competência da infância e juventude. O relatório foi encaminhado por e-mail à



unidade e as orientações repassadas por telefone ao chefe de cartório em 13-6-2016.

b.2) Itens 1.6.7: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ.

c) Segunda verificação em 11-10-2016 (fls. 41-47).

c.1) Itens 1.6.7: dados do mês de setembro de 2016 extraídos do SAJ Estatística. A planilha indica a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido na Meta do CNJ

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/05/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	33	4
	Petição Intermediária	220	29
	Mandados	0	0
	AR	166	25

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- Primeira verificação em 13-6-2016. (fl. 16)
- Segunda verificação em 11-10-2016. (fl. 48)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'		
1.6.12	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de		
1.6.13	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'		
1.6.14	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'		
1.6.15	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada		

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 13/06/2016. (fl. xxx)
- Segunda verificação em 11/10/2016. (fl. xxx)
- Itens 1.6.11 a 1.6.15: não eram extraídos por ocasião da primeira verificação.

MANDADOS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
-----------	----------------------	---------------------



1.6.16	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	43	9
--------	---	----	---

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- b) Primeira verificação em 13-6-2016. (fls. 17-18)
- c) Segunda verificação em 11-10-2016. (fl. 49)

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor				
	Primeira verificação		Segunda verificação		
	Total	+100d	Total	+100d	
1.6.17	Outros setores				
1.6.17.1	Contadoria	21	0	1	0
1.6.17.2	Contadoria - Cálculos e Atualizações	0	0	4	0
1.6.17.3	Contadoria - Custas Finais	0	0	7	0
1.6.17.4	Contadoria - Custas Intermediárias	0	0	0	0
1.6.17.5	Distribuição	0	0	0	0
1.6.17.6	Ministério Público	116	1	58	5
1.6.17.7	Serviço Social	33	2	37	6
1.6.17.8	Sector de Psicologia	14	2	16	0

Observações

- a) Primeira verificação em 13-6-2016 (fl. 19).
- b) Segunda verificação em 11-10-2016 (fl. 50).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor				
	Primeira verificação		Segunda verificação		
	Total	+100d	Total	+100d	
1.6.18	Quantidade total de processos em carga	120	45		
	Local				
	Cargas internas				
1.6.18.1	Assistente Social	4	1	0	0
1.6.18.2	Contadoria	23	0	8	0
1.6.18.3	Juiz Andrea Cristina Rodrigues Studer	60	0	22	1
1.6.18.4	Juiz Emerson Feller Bertemes	0	0	1	0
1.6.18.5	Juiz Marcelo Elias Naschenweng	0	0	2	0
1.6.18.6	Ministério Público	12	0	2	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.7	Advogado	21	3	10	1

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência maio de 2016 (fl. 20).
- b) Segunda verificação: mês de referência setembro de 2016 (fl. 51).
- c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).



1.6.19 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias Indicador		Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+30d	Total	+30d
Atendimento					
1.6.19.1	Cartório - Recebido do Advogado	2	0	0	0
1.6.19.2	Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.19.3	Cartório - Recebido do Juiz	0	0	3	3
1.6.19.4	Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação					
1.6.19.5	Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0
1.6.19.6	Cartório - Aguardando	0	0	6	6
1.6.19.7	Cartório - Aguardando AR	29	15	4	2
1.6.19.8	Cartório - Aguardando carta precatória	9	3	0	0
1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	45	42	10	7
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	105	61	26	18
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	0	0	0	0
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	11	1	2	2
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	7	0	0	0
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	30	13	12	1
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	1	1	0	0
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	6	1	1	0
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31	10	10	3	2
Expedição/cumprimento					
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória	0	0	0	0
Organização/juntada					
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.19.30	Cartório - Aguardando	14	4	8	1



petição

1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
-----------	--	---	---	---	---

Observações

- Primeira verificação em 13-6-2016 (fl. 21-22).
- Segunda verificação em 11-10-2016 (fl. 52-53).
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação	
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	8	4
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	0	0

Observações

- Padrão de conformidade:
 - Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
 - Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.
- Itens 1.7.1 a 1.7.5 e 1.7.7: não se aplica em razão da competência da unidade.
- Primeira verificação em 13-6-2016 (fl. 23).
- Segunda verificação em 11-10-2016 (fl. 54).

1.7.8	Réu Preso Provisório	0	0
	Réu Preso Definitivo	0	0
	Total	0	0

Observações

- Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
- Primeira verificação em 13-6-2016.
- Segunda verificação em 11-10-2016.



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Não se aplica	Não se aplica
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Não se aplica	Não se aplica

Observações

- a) Primeira verificação em 13-6-2016.
- b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):
 - b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.
Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.
- c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):
 - c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
- d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):
 - d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
- e) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):
 - e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- f) Segunda verificação em 11-10-2016.
- g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):
 - g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.
Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.
- h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):
 - h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com



competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

j) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

j.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Não se aplica	Não se aplica

Observações

Não se aplica em face da competência da unidade.

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 24 de novembro de 2016.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional - Mat. 5.701

Irys Cristiannye Bittencourt Bagio
Assessora Correicional - Mat. 35.153